

Masculinidades negras em *Rei Negro*, de Henrique Coelho Neto / *Black Masculinities in Rei Negro [Black King]*, by Henrique Coelho Neto

*Paulo Fernando de Souza Campos**

*Maria Auxiliadora Fontana Baseio***

*Silvio Gabriel Serrano Nunes****

*Alexander Willian Eugênio de Souza*****

RESUMO

O artigo retoma a análise das masculinidades negras na história da literatura brasileira, especificamente no livro *Rei Negro*, de Henrique Coelho Neto. Desse modo, acessa o romance histórico como material documental, tratado na perspectiva da Análise do Discurso, pois, ao evocar a personagem central como rei, em oposição ao comumente atribuído aos homens negros, tanto na história quanto na literatura, o romance redimensiona masculinidades negras no Brasil. Os resultados problematizam lugares sociais definidos pela hipersexualidade e desconstrói narrativas que extrapolam a ficção e atingem práticas do cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: História dos Negros; Racismo; Interdisciplinaridade

ABSTRACT

*This article retrieves the analysis of black masculinities in Brazilian literature, particularly in *Rei Negro [Black King]*, by Henrique Coelho Neto. The historical novel is addressed as documentary content, in the perspective of Discourse Analysis, as it reevaluates black masculinities in Brazil by evoking the main character as a king, in contrast to the usual position of black men in History and in Literature. The results question social standings defined by hypersexuality and deconstruct narratives that overcome fiction, affecting daily practices.*

KEYWORDS: *Black History; Racism; Interdisciplinarity*

* Universidade de Santo Amaro – UNISA/SP, Programa de Mestrado em Ciências Humanas, Campus Adolfo Pinheiro, São Paulo, São Paulo, Brasil; <http://orcid.org/0000-0001-8518-6921>; pfcampos@prof.unisa.br

** Faculdade Rudolf Steiner, São Paulo, São Paulo, Brasil; <http://orcid.org/0000-0003-3474-9434>; mbaseio@uol.com.br

*** Universidade de Santo Amaro – UNISA/SP, Programa de Mestrado em Direito Médico, Campus Adolfo Pinheiro, São Paulo, São Paulo, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-5565-0965>; sgsnunes@prof.unisa.br

**** Universidade de Santo Amaro – UNISA/SP, Programa de Mestrado em Ciências Humanas, Campus Adolfo Pinheiro, São Paulo, São Paulo, Brasil; CAPES/PDPG; <http://orcid.org/0000-0003-1095-9859>; alexwillsouza@gmail.com

Introdução

Os negros constituem um dos principais temas da historiografia brasileira. Contudo, ao tratá-los como “naturalmente escravos”, o mundo social forjou narrativas imagéticas, orais e textuais, historicamente assumidas como verdades, as quais, ainda hoje, fabricam realidades desfavoráveis à experiência negra diaspórica masculina. Por valorarem negativamente os negros em suas ancestralidades e em suas singularidades, significados sociais derivados desse processo emergem, sinalizando lugares desprestigiados às masculinidades negras, invariavelmente, centradas na sexualidade desregrada, agressiva e condenatória, como permitem considerar pesquisadores que ocupam seus lugares de fala (Almeida, 2019; Domingues, 2019; Fanon, 2020; Florentino, 1995; Nkosi, 2014; Restier; Souza, 2019).

O debate contemporâneo sobre relações raciais e de gênero estimula a retomada do texto sobre a desconstrução de narrativas atribuídas aos homens negros escravizados na história da literatura brasileira. Nesse sentido, este artigo se propõe a revisitar a construção ficcional do masculino negro no romance *Rei Negro*, cuja primeira edição data de 1914, isto é, imediatamente após a abolição, proclamada em 1888, emergindo de uma sociedade em tensão, vale dizer, entre negros e brancos. Trata-se de um romance histórico regionalista escrito por Henrique Maximiliano Coelho Neto (1864-1934), abolicionista, interessado pelas causas sociais de seu tempo, cuja posição política, no romance, evoca as masculinidades. Assim, ao construir personagens masculinos que se antagonizam, o autor desloca enredos comumente atribuídos aos homens negros e redimensiona o gênero masculino negro no bojo da idealização da nação brasileira republicana, nessa medida, forjada como branca (Carvalho, 2017; Coelho Neto, 1966; Lara, 1988; Skidmore, 1976).

A redação rebuscada, o excesso de formalismos e os requintes da linguagem amarram a escrita do romance. Autores consultados indicam que a preocupação com a forma rendeu duras críticas ao trabalho de Coelho Neto, em específico, por parte de modernistas (Bosi, 1979). Os arcaísmos de seu vocabulário fazem do romance um texto sufocado por erudições e atavios que tornam a leitura um exercício penoso, de difícil compreensão, porém, que refaz homens pretos em um mundo social no qual masculinidades negras são diagnosticadas como subalternas, desviantes, doentias (Corrêa, 2001; Mota, 2003). Assim, ao projetar Macambira como protagonista, ao

traduzi-lo como rei, líder, homem honesto com poder de decisão, ainda que no final do romance assassine o seu antagonista, filho de seu “dono”, o autor redimensiona, às avessas, a dominação das masculinidades brancas, pois o homem negro assume o lugar da superioridade moral, da capacidade intelectual, da consciência do sistema servil que oprime, fundamentalmente, em relação ao lugar que ocupa como *Rei Negro*.

A obra de Coelho Neto remonta a personagem principal como “filho de Munza”, um homem negro reverenciado entre homens brancos e temido entre homens negros, pois herdeiro de uma ancestralidade africana monárquica, membro de uma linhagem real, nobre, vale dizer, realidade pouco tratada no contexto de escrita do romance e com uma abordagem muito recentemente recuperada pela historiografia brasileira (Mello e Souza, 2002). Da trama emerge um homem talhado na superioridade, como “príncipe de sua raça”, distinção constantemente lembrada por Balbina, personagem feminina negra identificada como velha mandingueira, conhecedora do saber ancestral feminino das artes de curar, inclusive as dores da alma, única amiga que vive a lhe rememorar as glórias de seus antepassados em África (Coelho Neto, 1966).

Ainda que possuidor de ascendência real, o personagem principal do romance permanece preso à condição de escravizado, mas diferenciado dos demais. Macambira, homem de confiança do fazendeiro Manuel Gandra, proprietário da Fazenda Cachoeira, na qual se desenrolam as tragédias, as violências e as opressões de toda a ordem, oscila entre o negro rei e o negro escravizado. Responsável por transações de compra e venda de mercadorias, em diferentes situações se iguala ao “seu senhor” na administração dos negócios, algo que denota sua condição de mando e de autoridade em relação aos demais pretos e pardos escravizados, ao mesmo tempo, o lugar de negociação política em relação aos homens brancos, isto é, diametralmente oposto ao cristalizado pela história da literatura brasileira, como evidencia Gregory Rabassa (1966).

Como reflexo de um tempo, o romance permite desarticular símbolos, conceitos e memórias atribuídos aos homens negros no Brasil. Autores consultados destacam que a presença de negros na literatura brasileira anterior à chamada “Geração de 30” se apresenta diminuta, ou, quando mencionados, são traduzidos pela sensualidade exacerbada e hostilizadora, pela índole depravada, diabólica e sádica, resultados da hipersexualidade imaginada a partir de figuras estereotipadas, atreladas à virilidade descomunal, animalesca, até mesmo como estigmas da degenerescência. Desse universo

emerge o perverso, o pedófilo, o criminoso sexual, em outras palavras, personalidades lúgubres destituídas de afeto que delineiam figuras eróticas, sensuais, doentias, tratadas como torpes do ponto de vista das moralidades brancas evocadas como ideais, normais, sadias, sobretudo por médicos e advogados (Ferla, 2009; Mota, 2003; Souza Campos, 2003).

Diante desse quadro, como permite afirmar a historiografia, sociabilidades instauradas no pós-abolição execravam negros a partir do “segregacionismo costumeiro”, como apresenta Sidney Chalhoub (1986), mesmo entre negros reconhecidamente reis (Silva, 1997). O romance de Coelho Neto possibilita retomar a diversidade do masculino negro ao destacar um homem negro como protagonista em meio a uma sociedade escravagista, senhorial, sintomaticamente, na emergência da República. Sua obra permite desarticular lugares históricos, sociais e literários atribuídos aos homens negros, pois, ao deslocar o comumente aceito, ao anunciar os perigos de histórias únicas, o romance explicita como gênero e raça atravessam a construção das masculinidades negras diaspóricas no Brasil.

Rei negro escravizado: masculinidades negras em conflito

Como destaca Antonio Celso Ferreira, a literatura é uma “fonte fecunda” (2017, p. 61), pois permite ao historiador balizar dimensões existentes entre o real e o ficcional como reflexo de um tempo. Henrique Maximiliano Coelho Neto nasceu em Caxias, Maranhão, em 1864, filho do português Antônio da Fonseca Coelho e da indígena Ana Silvestre Coelho. Ao completar 6 anos, sua família se transfere para a cidade do Rio de Janeiro, onde passa a estudar no Colégio Pedro II, e ingressa, já moço, na Faculdade de Medicina, curso que abandona, em 1883, ao matricular-se na Faculdade de Direito, na cidade de São Paulo. Com menos de um ano na capital paulista, transfere-se para a Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco, instituição na qual conclui o primeiro ano letivo quando, outra vez, retorna para São Paulo, momento em que se engaja nos movimentos abolicionistas.

Sua biografia destaca a postura resistente e as constantes mudanças como impedimentos à conclusão do curso de Direito, do mesmo modo, como realidade que amplia os domínios de sua atuação nas lutas abolicionistas durante a emergência do

republicanismo. Em 1885, ao retornar para a cidade do Rio de Janeiro, encontra escritores engajados, como Olavo Bilac (1865-1918), Luis Murat (1861-1929) e José do Patrocínio (1853-1905) – este um homem negro –, com os quais troca impressões sobre a vida social brasileira, ocasião em que inicia o trabalho com textos literários e como colaborador em jornais locais, a exemplo, *Gazeta da Tarde* e *A Cidade do Rio*. No ano de 1890, casa-se com Maria Gabriela Brandão, com quem teve 14 filhos (Bosi, 1979).

Em continuidade à sua história pessoal, as evidências indicam que, em 1891, um ano após contrair matrimônio, Coelho Neto é nomeado Secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No cargo, ocupa a direção de Negócios do Estado, e, em 1909, é eleito Deputado Federal e reeleito em 1917. As narrativas desvelam que, anteriormente, em 1892, assume a disciplina de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes e, depois, ensina literatura no Colégio Pedro II, no qual estudou. Em 1910, é nomeado diretor para as cátedras de História do Teatro e Literatura Dramática da Escola de Arte Dramática do Rio de Janeiro. O romancista, cabe destacar, ocupa a Cadeira de número dois da Academia Brasileira de Letras, que ajudou a criar (Bosi, 1979; Brookshaw, 1983).

Mesmo ocupando lugar de proeminência social, após ataques sofridos por críticas de escritores modernistas, como Oswald de Andrade (1890-1954) e Lima Barreto (1881-1922), este um jornalista e escritor negro, Coelho Neto experimenta o esquecimento. Ainda que considerado um dos autores mais lidos do Brasil, aclamado príncipe dos prosadores brasileiros, o escritor conheceu os extremos, da louvação ao desprezo, momento no qual escreve *Rei Negro* (Bosi, 1979). Nessa obra, ele redimensiona o masculino negro, destacadamente, por conferir ao antagonista, um homem branco, os estigmas da degenerescência, isto é, ao delineá-lo como tipo desviante característico das anomalias diagnosticadas pela medicina-legal e pela psiquiatria forense como próprias do criminoso sexual, do anormal, do monstruoso, imaginários que seguramente atingiam os homens negros como principais alvos das teorias da degeneração das raças no Brasil (Souza Campos, 2003).

Como atesta a historiografia, nas décadas iniciais do século XX, quando o romance foi escrito, diferenças biotipológicas conferiam aos negros lugares sociais atravessados por “naturais concupiscências”, pois “feios”, “sujos”, “inferiores” (Ferla, 2009; Mota; 2003). Os resultados desse processo impactaram a escrita literária, contudo, no romance, Macambira não ocupa o lugar dos sofrimentos físicos e das violências

simbólicas impostas aos negros, tampouco emerge como hipersexualizado, como homem humilhado, infantilizado, muito menos como negro que sucumbe aos horrores da escravidão, ou que resiste ao sistema pelo acomodamento. Ao contrário, o protagonista vive sob proteção de “seu senhor”, que o admira como a um filho, é o seu homem de confiança e administrador de seus negócios, a despeito de Julinho, seu verdadeiro filho, personagem que emerge na trama como sádico, violento, estuprador, pedófilo, lugares comumente atribuídos aos negros pelo direito e pela medicina na passagem do século XIX para o século XX, naturalmente considerados criminosos, anormais e doentes.

Mesmo que o sentimento fundado na repulsa segregadora e mutiladora de negros movesse a vida cotidiana no Brasil à época, no romance, a realidade desfigurada do negro diagnosticado criminoso nato não recai sobre o homem negro Macambira, mas sobre Julinho, homem branco. A origem monárquica do *Rei Negro* impõe respeito na população branca e negra, pois ele é líder, protetor, mas também “capitão do mato”, homem que capturava “escravos fugidos”, cujo caráter é moldado por valores contrastantes em relação aos demais homens negros da fazenda, destacadamente, quando impede a disseminação de abusos sexuais praticados por brancos e negros em relação às mulheres negras, figuras cotidianamente estupradas, violentadas, abusadas, cuja realidade transcende o ficcional e marca a origem da história das mulheres negras no Brasil, como afirma Bebel Nepomuceno (2012).

A narrativa literária se adensa ao evidenciar a personagem antagonista como um homem branco, perverso, sexualmente desregrado, figura desalmada, que nutre sentimentos de antipatia e de malquerença por Macambira. Na trama, Julinho expressa aversão ao lugar que o negro rei escravizado ocupa ao lado de seu pai nas decisões da fazenda, sobretudo por proteger os negros dos injustos castigos físicos constantemente aplicados aos pretos por prazer, satisfação, deleite, inclusive apoiados por sua mãe, figurativizada como sem coração, cruel e má.

A trama cria uma ruptura com narrativas dominantes ao envolver masculinidades negras em uma complexidade de sentimentos, isto é, ao evocá-los como diversos, complexos, distintos, sobretudo, por evidenciar o antagonista como a personagem destituída de emoção, “degenerada”, hipersexualizada. O romance traduz embates que evidenciam o lugar das masculinidades negras, pois abrem a possibilidade de existências masculinas negras diversas, plurais, as quais, por sua vez, permitem dimensionar

discursos pautados na moralidade branca, que forja o negro desumano, violento, sexualmente desregrado. Diagnosticada pela medicina e pelo direito como resultado do desvio, dos vícios, da hereditariedade, a degeneração, no romance, é atribuída ao homem branco, ou seja, personagem que assume o lugar da perversão, da doença, portanto, o romance desloca lugares atribuídos aos brancos e negros no mundo social mais amplo (Souza Campos, 2003).

A análise do discurso, isto é, o tratamento dispensado ao material literário, permite considerar que os significados mudam, são transformados, mas permanecem os mesmos. Ainda que permita reinventar o cotidiano ou redimensionar realidades assumidas como verdades naturalizadas, seus impactos se revelam como campos de disputa, conflitos, intolerâncias, ontem e hoje. Como reiterado, a narrativa traduz a principal personagem como um homem justo, honesto, protetor, cujo protagonismo, no decorrer da trama, o faz imperioso à organização da vida na fazenda, pois seu “dono” não mede esforços para mantê-lo na administração de seus negócios. Por esse motivo, antecipa o casamento desejado com Lúcia, traduzida no romance como “mulata”, “mucama”, a mais bela mulher da escravidão e por quem Macambira se apaixona.

Os movimentos em torno do casamento com a escolhida do rei negro escravizado provocam inveja e ódio no filho de Manuel Gandra. A personagem antagonista, ao saber da notícia, estupra e engravida Lúcia, noiva de Macambira, dias antes do matrimônio, como desforra, isto é, para atingir o homem preferido de seu pai e interceptor de suas aventuras sexuais abusivas com mulheres negras, as quais Macambira protege muito mais como rei do que como “escravo”. Por temer que o filho nasça com a pele branca e evidencie o estupro, Lúcia se cala e esconde a gravidez.

A mucama, descrita como mulher “quase branca”, sofre horivelmente durante a gestação e morre no parto, ao conceber uma “criança branca”. Manuel Gandra, ao saber do ocorrido, ordena enterrar o corpo e esconder o recém-nascido. Contudo, na trama, por ironia do destino, Macambira encontra a esposa prestes a morrer na casa de Balbina, a velha mandingueira e parteira, e toma conhecimento do estupro, da dor moral vivida por sua amada, envergonhada e moribunda, mas consciente da inutilidade de sua delação. A criança enjeitada é entregue à Balbina, para que a leve a uma igreja, “como de costume”, porém, uma tempestade a impede de cumprir a ordem, e então esconde o neonato em seu

rancho. Nesse ponto, o romancista torna sua obra atemporal, aberta e repleta de significados (Coelho Neto, 1966).

Dor e morte constroem o romance e refletem a trágica experiência vivida nos longos séculos da escravidão por homens e mulheres negros. A dramaticidade evoca o pesar transformado em fúria, pois Macambira se exila na floresta e só retorna à fazenda quando, durante a narrativa, o autor retoma Julinho, o malfeitor. Envergonhado e ultrajado em sua nobreza, o protagonista decide comprar sua alforria, porém, convencido a permanecer na fazenda, no momento derradeiro, ao “lembrar-se das histórias do reino de Munza”, “dos bravos guerreiros lutadores”, “do auge da força e da glória de seu povo”, e “sentindo a energia que provinha de suas visões do passado”, assassina Julinho (Coelho Neto, 1966). Como ato político, ou costume à época, Macambira cumpre seu dever ao honrar seu nome e seu lugar de *Rei Negro*, bem como a tradição masculina africana em diáspora.

O dramático enredo permite considerar que, em Macambira, afloram masculinidades complexas e oscilantes, balizadas entre o negro rei e o negro escravizado. A primeira atribui sua não condição de homem completo, mas “capitão-do-mato”, “negro de confiança”, “pessoa temida”, “mandante”; a segunda, revela o “negro escravo” que não trabalha no eito, que não habita a escravaria ou a senzala, tampouco a casa-grande, mas que possui casa própria, construída em um “monte alto”, rodeado por um laranjal. As duas masculinidades evocam o conflito, pois, de um lado, remonta à ascendência nobre, isto é, a “austeridade das maneiras, o ar taciturno e altivo” (Coelho Neto, 1966, p. 40) e, de outro, o negro submetido à dominação branca.

Nesse ponto, é possível observar a indicação implícita de uma historicidade que colabora para redimensionar a história das masculinidades negras, isto é, o desmonte de narrativas incontestes atribuídas aos homens negros considerados unicamente pela insubmissão, pela força bruta, pela sexualidade hipervalorizada (Fanon, 2020). O romance permite avaliar que Macambira oscila entre um homem de sexualidade reprimida, centrado no seu fazer, de austeridade quase dogmática, que desaprova modos com os quais outros homens negros se comportam na fazenda, que se preocupa com a linhagem de sua raça e com a preservação da memória de seus antepassados – assim, expressa sentimentos nobres de proteção, de manutenção das tradições negras africanas, mas também de obediência.

O autor delinea a personagem por intermédio de distanciamentos entre Macambira e outros negros, vale dizer, entre comportamentos dos homens negros comuns e do negro rei escravizado, distanciando-o de interpretações eugênicas que organizavam a sociedade brasileira durante as primeiras décadas do século XX. Por esse motivo, afasta-o de mazelas impostas aos negros, pois, “Solidário com a gente negra, sempre e em tudo por ela, só não lhe sofria as imundices da luxúria. Revoltava-se contra a raivação danada que a bestializava, vituperando, com ódio frenético, quando apanhava em contubérnios ou conchavos concupiscentes” (Coelho Neto, 1966, p. 47), traço que marca a nobreza de Macambira e o destoa dos demais homens, negros ou não.

Mesmo que dotado de severidade em relação aos seus semelhantes, Macambira ainda assim é justo. Protegia-os como podia, em grande parte, devido à Balbina, personagem elo de sua ancestralidade africana, sua terra natal, o “reino de Munza”, “há muito perdido”, mulher que emerge na trama como ponto de encontro do homem escravizado com sua ancestralidade nobre, como rei de uma nação guerreira e que lhe acentua o orgulho. Balbina surge como a sábia que o apoia em momentos de solidão e de dificuldades por meio das quais aflora, ainda mais, a sua soberania, marca presente quando o narrador tece a imagem da principal personagem do romance:

[...] triste, concentrado, mal terminava o serviço, recebendo as ordens do senhor, recolhia vagarosamente à sua cabana solitária, apadrinhada como o monte, num verde laranjal e ali recebia preito e homenagem da gente da sua raça, e Balbina que, todas as noites, pisando, de leve, as fôlhas, sorradeira como a onça, atravessava os matos, ia vê-lo, falar-lhe da pátria perdida, dos reis mortos e dos deuses vingativos (Coelho Neto, 1966, p. 43).

Macambira sonha com suas raízes ancestrais e com a dignidade roubada de seus semelhantes, pois deseja manter a nação guerreira que representa frente à degradação moral de homens e de mulheres de sua raça, situação que o desaponta. Sua sexualidade é acessada quando o autor o destaca como constantemente assediado por mulheres negras, como na passagem em que o narrador ressalta: “A cabrocha esperou-o impávida, d’olhos chamejantes, o nariz franzido, fungando, de raiva, aos sorvos [...] Quando o viu perto lançou-se d’investidas, com as mãos em garras, ameaçando agatafunhá-lo. Antes, porém, que lhe chegasse uma bofetada que desequilibrou-a” (Coelho Neto, 1966, p. 48), palavras revelam intenção de animalização.

A austeridade de sua nobreza o impede de imiscuir-se, ou seja, de tomar parte em ações e em comportamentos alheios à posição real-ancestral que o diferencia. Todavia, a intimidade com Manuel Gandra, homem branco, “senhor de escravos”, distingue-o dos outros escravizados, e, por esse motivo, toda vez que um negro era castigado, Macambira era culpabilizado, pois, como *Rei Negro*, devia proteger os seus. Nesse ponto, os conflitos presentes nas masculinidades negras atravessam a personagem principal do romance, isto é, as distâncias entre o negro rei protetor e o negro escravizado obediente afloram em Macambira.

A masculinidade oscilante de Macambira é moldada pela interação direta com Balbina, que mantém a ancestralidade e o lugar do *Rei Negro*. Contudo, sua trajetória é atravessada por Manoel Gandra, que exige dele a obediência, ao mesmo tempo em que lhe confere o estatuto de administrador, pessoa que controla a produção de sua riqueza. Tal ambiguidade formata a masculinidade manipulada como hesitante entre o negro rei e o negro escravizado. A violência se explicita na dualidade de sua condição, vale dizer, entre o negro sucumbido e o representante órfão do reino destruído, o que desvela a personalidade de Macambira como conflitante, pois é rei e “escravo”.

Atormentado, seus sentimentos interagem respectivamente para transformá-lo em um aglomerado de emoções. Significativamente, Macambira se mantém como negro rei, porém, a essencialização da violência, presente desde o período colonial, inflige na população negra masculina estigmas que atravessam o período pós-emancipação. A herança do escravismo configura-se como marca, assim, entranha-se nas camadas mais profundas da sociedade como principal característica da dominação sistemática de corpos negros quase nunca imaginados como reis, como rainhas, como membros de tradições monárquicas, líderes diplomáticos de grandes reinos, protetores com heranças culturais distintas (Mello e Souza, 2002).

Tentativas de desmonte das tradições africanas em diáspora perpetuam um tipo especial de racismo, vale dizer, o que permite o ocultamento de mecanismos que o mantém como estrutural ao responsabilizar as reais vítimas desse processo, caracterizadas como destituídas de consciência crítica revolucionária (Almeida, 2019). Esse tipo de interpretação constituiu, no Brasil, paradigmas sociológicos explicativos para o atraso da sociedade brasileira. Para essa corrente de pensamento, o sistema servil retirou a capacidade de crítica e de resistência de homens e mulheres negros escravizados, por esse

motivo considerados destituídos do *ethos* exigido para o novo estilo de vida fundado na mão de obra assalariada, como defendeu Florestan Fernandes (1978).

A história dos homens “[...] não é só feita de conquistas e atos heroicos, mas também de sofrimentos, dores e humilhações que os condenam a sofrer calados” (Del Priore; Amantino, 2013, p. 10). No caso dos homens negros, tal realidade se exacerba em complexidade e se perpetua no período pós-abolição, pois, como reitera Jurandir Freire Costa, no Brasil, “[...] o corpo forte, sexual e moralmente regrado, foi medicamente identificado ao corpo branco e para isso utilizou-se, ordinariamente, da figura do ‘escravo’ como exemplo de corrupção física e moral”. Para o autor, a consciência de raça e de racismo é criada em um momento característico do que ele considera um “[...] plano de formação da consciência de classe e raça necessária ao progresso do Estado nacional” (1999, p. 208), vale dizer, do Brasil como país de gente branca.

Desse modo, a plasticidade do conceito e a dimensão dos constructos políticos forjados para o gênero masculino permitem captar a “[...] forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas” (Connel; Messerschmidt, 2013, p. 257). Os valores impressos por noções de patriarcalismo, paternalismo, virilidade, hipersexualidade, força, entre outras que delineiam a ideia de “macho”, de “superioridade masculina”, aprofundam-se na desvalorização dos homens negros e marcam suas masculinidades mediadas por um processo perverso de autonegação, de reprodução de corpos, mentes e comportamentos historicamente forjados, contraproducentes do ponto de vista das ancestralidades, dos lugares sociais e de gênero que atravessam o universo africano em diáspora (Restier; Souza, 2019).

Macambira destoa dos estereótipos atribuídos aos homens negros. Assim, o autor desvela as diferentes masculinidades, a diversidade existente de lugares ocupados pelo masculino negro e refuta concepções estáticas e reificadoras que forjam homens negros no Brasil como insubordinados, inferiores, infantis, violentos, vulgares, cujos significados fabricam tensões permanentes e reproduzem sentidos danosos a homens pretos e pardos, tratados como esteticamente grotescos, socialmente desviantes, naturalmente criminosos (Domingues, 2019; Mota, 2003; Souza Campos, 2003). Ao construir uma personagem destoante de estereótipos atribuídos aos homens negros, em plena emergência da República, Coelho Neto redimensiona seus lugares na vida social mais ampla. Entretanto, para David Brookshaw:

Se Coelho Neto pretendeu retratar um “Selvagem Nobre” com um verdadeiro passado tribal, então falhou miseravelmente, porque o assassinato do filho do fazendeiro por Macambira não é fruto de vingança honrada, e sim ciúme mundano de uma das mulatas da propriedade, mais uma prova da inabilidade do autor em fugir a uma mentalidade escravocrata, em sua visão do negro como incapaz de qualquer ação baseada em genuíno sentimento revolucionário (Brookshaw, 1983, p. 67).

As críticas em torno da construção do homem negro na literatura brasileira pesam a favor de uma representatividade literária que o mantém atrelado à “força negativa da escravidão”, ou à “mentalidade escravocrata” que o incapacita, delineando negros como sem consciência crítica, ignorantes e alheios à realidade escravagista. Todavia, sem pretender tornar masculinidades negras imunes ao ciúme ou desqualificar homens negros como “escravo demônio, tornado fera por conta da própria escravidão” (Proença Filho, 2004, p. 165), a análise considera que a marca da ancestralidade nobre e a condição de mantenedor das tradições do “reino de Munza” como *Rei Negro* são dimensões importantes, nas quais o assassinato do antagonista, filho do fazendeiro, assume novas perspectivas, isto é, não como vingança honrada, tampouco como ação mundana provocada por sentimentos ordinários, mas como ato político e prática masculina à época.

De acordo com Marina de Mello e Souza (2002), as sociedades africanas formaram grandes reinos nos quais chefes de família, cercados de seus dependentes e de seus agregados, constituíam o núcleo da organização social da vida ancestral tradicional em todo o território africano. Homens e mulheres estavam subordinados ao chefe da aldeia que, por sua vez, atribuía proteção, mas também castigos aos insubordinados, inclusive, com a morte. A autora permite considerar que a organização da vida social africana, formada por vários reinos, compostos por diferentes etnias, gravita em torno da liderança do masculino, do lugar simbólico ocupado por homens na história africana, como desvela Jose Eduardo Agualusa (2015), pois mesmo a *Rainha Nzinga* exige ser chamada de rei.

O assassinato de Julinho ressignifica a liderança de Macambira. Ancorados em tradições de ascendência, de nobreza masculina africana, ou seja, de manutenção da honra, não como homem traído, mas como *Rei Negro*, filho de uma linhagem monárquica, “príncipe do seu povo”, os lugares que o protagonista ocupa desmontam a construção do

“escravo demônio”, do “selvagem nobre”, do “negro boçal”. Mesmo tratado no universo masculino mais amplo, como ressalta Denise Bernuzzi de Sant’anna (2013, p. 249), “A defesa da honra era uma experiência forte entre os homens [...], defloramentos de moças, incluindo menores de idade, podiam ser vingados por seus pais e irmãos para punir aqueles que desonravam um nome, uma família e uma tradição”.

O romance histórico permite retomar a análise das masculinidades negras na desmontagem de narrativas únicas, pois as personagens que se antagonizam desconstroem o diagnóstico estabelecido para o masculino negro. Como pondera Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007, p. 63), “[a] distinção entre o fato e a ficção, que separou o discurso historiográfico do discurso literário, foi transcendida [...] ao tornar explícito o caráter da fabricação do próprio significante”. Nesse sentido, o romance permite remontar a ruptura dos padrões impostos ao masculino negro ao revelar lugares diversos nos quais suas masculinidades se inserem, destacadamente, em relação às práticas ancestrais africanas, porém, fundamentalmente, ao atribuir ao homem branco estigmas da degenerescência, e, assim, refazer o passado na desarticulação de significados atribuídos aos negros no Brasil pela medicina e pelo direito.

Considerações finais

Do romance emergem multiplicidades, complexidades e diferentes níveis hierárquicos entre os homens. No que se refere às masculinidades negras, tratadas como submasculinidades em relação às masculinidades brancas, a dinâmica entre o real e o ficcional, ao ocasionar formação de símbolos, de conceitos e de memórias, ultrapassam barreiras da literatura e permitem acessar perversidades que violentam homens negros. Macambira é um ponto de reflexão a mais sobre esse processo histórico-ficcional, isto é, se opõe ao que ainda hoje se emprega como natural, verdadeiro, destacadamente no contexto em que o romance é escrito, vale dizer, a emergência da República.

Rei Negro possibilita o desmonte de histórias comumente aceitas ao romper interpretações racistas estruturais, logo, equivocadas em relação aos homens negros, historicamente tratados pela via da marginalidade social e cultural como subalternos, inferiores, doentes, inclusive, como mecanismo à construção do ideário de embranquecimento da população brasileira e como desarticulação das negritudes

diversas, que impõem a construção nociva do negro como escravizado. A análise das masculinidades negras em *Rei Negro* reconstrói a história dos homens negros no Brasil, pois desarticula a imposição existente em torno de uma masculinidade única, anômica.

A exploração temática da narrativa mostra-se como uma das possibilidades hermenêuticas de aproximação com o fenômeno estético. Cabe retomar a forma como Bakhtin compreende o ato da criação artística, considerando-o a partir de seu imbricamento entre conteúdo, forma e interação com a cultura contextual e universal. Se durante longo tempo a literatura se dedicou a olhar apenas para as especificidades da linguagem, ignorando suas efetivas intersecções com os campos da cultura e com o contexto de uma dada época, a complexidade do fenômeno literário aponta para a necessidade de ampliar essa concepção, enredando a leitura crítica à intencionalidade discursiva e ao contexto de produção. E acrescenta-se que, ainda assim, mais ampliações se mostram relevantes, pois fechar a literatura em seu *modus operandi* ou em seu contexto histórico-cultural pode ser temerário e limitante, já que as grandes obras da literatura carregam uma profundidade de sentidos que, muitas vezes, transcende seu momento, é o que lhes permite viver no grande tempo. O romance histórico integra o passado no presente, entretanto revela, igualmente, a capacidade de expansão desse presente em qualquer direção.

Assevera o referido autor em “Os estudos literários hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*)” (2003, p. 362), que “tudo que pertence apenas ao presente morre juntamente com ele”, enfatizando que a obra literária se entrega plenamente ao grande tempo, ao passado e ao futuro, uma vez que a linguagem artística é insaturável, potencializa recriações e cocriações. Enquanto o autor é historicamente prisioneiro de um tempo, a obra, entregue a seus leitores, pode carregar as possibilidades de sua libertação.

Em consonância com o pensamento bakhtiniano no intuito de defender a crítica dialógica, ao historiador, ao crítico literário, ao pesquisador em Ciências Humanas, cabe ponderar a existência de uma verdade incapturável em sua inteireza no discurso literário, podendo ousar interpretações na forma de exercício de sua liberdade.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. *A rainha Ginga*. São Paulo: Foz, 2015.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Os estudos literários hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*). In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 359-366.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Rei Negro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.

CONNEL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James William. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, v. 21, pp. 241-282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/#>. Acesso em: 30 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CORREIA, Mariza. *Ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues de antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: FAPESP/USF/CDAPH, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. *História dos homens no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. *Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia*. São Paulo: SESC, 2019.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: UBU, 2020.

FERLA, Luís. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017. pp. 61-92.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 382-406.

NKOSI, Faustino. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva Alterman. *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. pp. 75-104.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, pp. 161-193, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980>. Acesso em: 30 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100017>.

RABASSA, Gregory. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de (orgs.). *Diálogos contemporâneos: sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a belle époque e a república. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. *História dos homens no Brasil*. Editora Unesp, 2013, pp. 245-266.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Alexander Willian Eugênio de; SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de; BALBINOT, Jovino José. Romance em fins do século XIX e início do XX: masculinidades negras em “Rei Negro” de Henrique Coelho Neto. In: SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de; BELMUDES, Rita de Cássia Caparroz Pose. *Negros na literatura brasileira: identidades, representações e formas de subjetividade*. São Paulo: Todas as Musas, 2020. pp. 71-104.

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. *Os crimes de Preto Amaral: representações da degenerescência em São Paulo, 1920*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2003.

Recebido em 23/03/2024

Aprovado em 06/03/2025

Bakhtiniana, São Paulo, 20 (3): e65966p, jul./set. 2025

Declaração de contribuição de cada autor

Os autores declaram que todos contribuíram igualmente nos seguintes aspectos: 1. Concepção e desenvolvimento ou análise e interpretação dos dados; 2. Redação de artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; 3. Aprovação final da versão a ser publicada; 4. Responsabilidade por todos os aspectos do trabalho, garantindo a precisão e integridade de todas as partes do trabalho, considerando suas funções no Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UNISA e nos grupos de pesquisa em que estão engajados.

Declaração de disponibilidade de conteúdo

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Pareceres

Tendo em vista o compromisso assumido por *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso com a Ciência Aberta, a revista publica somente os pareceres autorizados por todas as partes envolvidas.

Parecer I

Trata-se de um artigo bem escrito e que discute de forma original o tema das masculinidades negras tendo como foco de análise a obra de Henrique Coelho Neto, que ainda é pouco estudada. A única sugestão que faria seria a de rever alguns usos do termo “escravo”, com o objetivo de refletir se não seria mais adequado utilizar “escravizado”.
APROVADO

Marcos Antônio Alexandre – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-6441-307X>; marcosxandre@yahoo.com

Parecer emitido em 19 de julho de 2024.

Parecer II

Primeiramente, é bastante positivo o fato de o autor do artigo tecer críticas fundamentadas ao escritor, com relação à linguagem arcaica e erudita do romance, já na Introdução. Afinal, comumente, a tendência é deixar-se levar por apegos sentimentais ao texto do escritor trabalhado. A discussão apresentada no artigo tem como grande marca a originalidade, ao tratar de um romance que se distancia da abordagem estereotipada da masculinidade negra que imperava na época, na segunda década do século XX, mais precisamente em 1914. A escolha de uma obra que subverte os padrões literários racistas ao construir o negro não como o ser hipersexualizado, pervertido e de má índole, mas como uma pessoa correta e valorosa é de grande contribuição aos textos atuais, um

atravessamento político-literário. O romance é ainda mais merecedor do destaque dado pelo autor através do artigo ao inverter os papéis e retratar o antagonista branco como o perverso, o amoral, o estuprador, o sádico. Essa desconstrução é trabalhada com um referencial teórico relevante, acertado e é bem sucedida ao discutir a pluralidade e complexidade da masculinidade negra do romance, o conflito entre o negro rei e o negro escravo, o que também contribui para a humanização do protagonista, que se revela ambíguo. Essa ambiguidade masculina é reforçada no artigo através da citação de Jurandir Freire Costa, teórico cuja obra se aprofunda nessa questão. Contudo, há uma certa contradição no romance que não é abordada no artigo, que é o ato de violência cometido pelo protagonista ao esbofetear a mulher negra que o assedia. O autor poderia ter tecido uma crítica a esta passagem do romance, pelo fato de que a violência é narrada no romance como algo comum, justificável. Se a masculinidade do personagem é mesmo complexa, talvez ele devesse ter refletido sobre seu ato. Algo semelhante ocorre com relação ao assassinato do antagonista pelo protagonista, o que poderia ser abordado pelo autor do artigo como uma reprodução do patriarcado branco, por estar ancorado pela defesa da honra. Bell hooks (2005) seria uma excelente referência teórica para a condução dessa discussão. Por fim, o artigo carece de trechos do romance, em forma de citações, para dar mais suporte ao discurso do autor. Essas questões, no entanto, não comprometem a qualidade e principalmente a originalidade do artigo, que se revela necessário ao campo das masculinidades negras, nas escritas atuais. APROVADO

Paulo Rogério Bentes Bezerra – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil;
<https://orcid.org/0000-0002-6549-7543>; paulobentes917@gmail.com

Parecer emitido em 29 de julho de 2024.

Editores responsáveis

Beth Brait

Elizabeth Cardoso

Maria Helena Cruz Pistori

Paulo Rogério Stella

Regina Godinho de Alcântara